

# A MODERNIDADE INSUSTENTÁVEL

As críticas do ambientalismo  
à sociedade contemporânea



Héctor Ricardo Leis



# **A modernidade insustentável:**

*As críticas do ambientalismo  
à sociedade contemporânea*

**Héctor Ricardo Leis**



© Héctor Ricardo Leis y CLAES para la presente edición.  
Montevideo, junio 2004.

**CLAES** - Centro Latino Americano de Ecología Social  
Magallanes 1334 - Montevideo.  
Casilla de Correo 13125 - Montevideo 11700 - Uruguay  
claes@adinet.com.uy - [www.ambiental.net/claes](http://www.ambiental.net/claes)

Las opiniones en esta obra son personales del autor y no comprometen a CLAES ni a otras instituciones con las que se mantienen vínculos profesionales.

**Coscoroba** es el sello editorial del Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES).  
Coscoroba es el cisne o ganso blanco, un ave propia de ambientes acuáticos en el cono sur.

# Apresentação

*êthos anthrôpo daimôn*<sup>(1)</sup>  
Heráclito

Este livro foi elaborado a partir de minha tese de doutorado em filosofia<sup>(2)</sup>. Ele foi publicado em português em 1999, pela Editora Vozes (Petrópolis, Brasil) e em espanhol em 2001, pela Editora Nordan (Montevideu, Uruguai). A edição da presente versão em português se encontra atualmente esgotada. Agradeço, portanto, ao CENTRO LATINO AMERICANO DE ECOLOGIA SOCIAL (CLAES) pela oportunidade de uma nova reedição da obra, em forma digital, colocando assim o texto novamente ao alcance do público interessado.

Apesar deste ser um derivado de um trabalho de tese, devo reconhecer que ele se nutriu de muitos mais tempo e esforço que os normalmente requeridos para um trabalho de tal espécie, sistematizando vivências de mais de dez anos no campo do ambientalismo. A proposta principal deste livro é refletir sobre os valores, teorias e práticas do ambientalismo, apontando a determinar o sentido de seu *ethos* (entendido este como o modo de vida constituído por esse conjunto de elementos que tem como premissa comum tornar o mundo mais habitável). Esta reflexão pretende atender tanto ao rigor próprio do trabalho acadêmico, como a minha experiência e sensibilidade sobre o tema. Não registro isso aqui como um *minus* ou um *plus*, mas como uma auto-exigência epistemológica. Em outras palavras, entendo que nos momentos de encruzilhada civilizatória (como o atual) precisamos evitar o conformismo que surge da “soledade” do pensamento. Precisamos liberar o pensamento de seu próprio passado vinculando-o sutil e de forma inseparável a nossos sentimentos e ações no presente.

O livro está dividido em três partes principais. Uma primeira, de três capítulos, onde apresento os pressupostos de meu trabalho, numa perspectiva empírico-política (cap. 1) e filosófico-política (caps. 2 a 3). Vale a pena observar que, se bem no cap. 1 os detalhes da crise ambiental ocupam o centro da atenção, nos caps. 2 e 3 a

discussão se centra em temas mais tradicionais, onde a preocupação é mostrar a crise da política no século XX, assim como a necessidade de pensar a história da civilização de uma forma evolutiva, embora não linear. Nos seis capítulos da segunda parte (caps. 4 a 9), se combinam as análises descritiva e crítica dos momentos históricos associados à emergência e desenvolvimento do ambientalismo, entendido como um movimento complexo constituído através de várias etapas e dimensões. Neste processo diferencio seis momentos (um por capítulo), reconstruindo os valores, atores e aspectos principais do debate ambientalista em cada um deles. Esses momentos mostram diversos aspectos do vínculo entre a sociedade e o meio ambiente, privilegiando o campo da estética no cap. 4, das ciências no cap. 5, da sociedade civil no cap. 6, do sistema político no cap. 7, do mercado no cap. 8 e da espiritualidade no cap. 9. Em cada capítulo, sempre que possível, faço uma discussão das teorias disponíveis dentro das ciências sociais para entender o papel do ambientalismo nos respectivos campos. Da mesma forma, quando existentes, acrescento ao anterior a análise de teorias e/ou ideologias políticas adjetivadas ecologicamente e/ou redefinidas a partir do impacto com a problemática ambiental (como é o caso da eco-democracia, do eco-autoritarismo, do eco-liberalismo, do eco-socialismo, etc.).

A terceira e última parte (cap. 10) está destinada a elaborar uma conclusão. Já conformado o complexo quadro do movimento ambientalista, tento então interpretar o sentido de seu *ethos*. Aqui se torna necessário ir além os parâmetros do *mainstream* do debate teórico-político atual. Para tal fim, primeiro revisito e discuto a vigência de algumas linhas de pensamento crítico sobre a modernidade, especialmente a linha que vai de Marx até Habermas, passando pelos fundadores da Escola de Frankfurt. E segundo, visando a sair do dilema antropocêntrico da modernidade, incorporo no debate a autores como Nietzsche e Louis Dumont, assim como a outros filósofos contemporâneos que trataram especificamente o tema ambiental, como Hans Jonas e Michel Serres. Através dessa discussão construo minha interpretação do *ethos* do ambientalismo, colocando em evidência que o impasse civilizatório da modernidade é fator constitutivo do mesmo. Afirmo que o ambientalismo viabiliza uma reforma criativa da sociedade contemporânea assumindo uma atitude “não-moderna” (tanto pré- como pós-moderna) que impulsiona uma reordenação amorosa da realidade.

#### NOTAS:

(1) De acordo com a tradução de Heidegger: “A morada (o ordinário) é para o homem o domínio aberto à presença do deus (do extraordinário)”.

(2) LEIS, Héctor Ricardo. 1996. *A-ventura-mor da Política: Uma Análise das Teorias e Práticas do Ambientalismo*. PUC-Rio, total pp. 306 (tese de doutorado realizada sob a orientação do Prof. Eduardo Jardim).

# Parte I:

# Os pressupostos do ambientalismo

*Para governar as coisas o melhor conselho é ser moderado.  
Ser moderado equívale a ser prevenido.  
Ser prevenido equívale a estar preparado e fortalecido.  
Estar preparado e fortalecido é ser sempre afortunado.  
Ser sempre afortunado é possuir uma capacidade infinita.  
Se possuímos uma capacidade infinita podemos possuir o mundo.  
Se possuímos a Mãe do mundo existiremos eternamente.*

Lao-Tzu,  
TAO-TE KING

*A política não deve adaptar-se à racionalidade humana  
mas à natureza humana.*  
Edmund Burke,  
REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO EM FRANÇA





# 1.

## **A crise de governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo**

### I

Os problemas políticos, sejam nas suas causas ou seus efeitos, podem ser analisados em várias dimensões. As duas mais tradicionais são o Estado-nação e o sistema internacional. Na época contemporânea, um amplo espectro de fenômenos de caráter global ou transnacional, que vão do econômico até o ecológico, produziu um dramático aumento da interdependência entre os países que desbordam os limites de ambas dimensões. Ainda os maiores e mais poderosos países encontram-se hoje profundamente atravessados por eventos que em grande parte seus governos não controlam. A existência de um sistema internacional supõe um certo grau de restrição à capacidade de cada país para gerir seu próprio destino e, neste sentido, a interdependência é uma qualidade de qualquer sistema. Mas o que nas últimas décadas foi colocado em pauta é muito mais do que uma simples restrição aos Estados. Os processos de transnacionalização tendem a esvaziar simultaneamente os espaços domésticos e o sistema internacional, na medida que os Estados-nações perdem sua importância tradicional para intervir nos fenômenos em curso. Precisamente, os fenômenos de transnacionalização supõem o movimento de bens, informações, idéias, fatores ambientais e pessoas, através das fronteiras nacionais, sem uma participação ou controle importante dos atores governamentais.<sup>(1)</sup>

A situação de interdependência dos países tem sido interpretada a partir de visões contrastantes.<sup>(2)</sup> Um ponto de vista otimista acredita que a interdependência leva os países à cooperação e cria condições para uma ordem mundial mais racional. Mas existe também outro ponto de vista que estabelece que a interdependência

é fonte de conflito e não de cooperação. Que os mesmos fatos possam ser interpretados de maneiras tão opostas não deve parecer estranho, já que a política não pode ser pensada de um modo simples, de acordo com variáveis que nunca mudam. Talvez o paradoxo mais significativo do momento atual (como o de todos os momentos de transição) resida no fato de que enquanto a política mundial mudou qualitativamente, a partir da crescente estruturação de uma ordem global ou transnacional, os atores políticos continuam agindo e legislando na perspectiva de uma ordem internacional sustentada no princípio da soberania nacional.

Como se sabe, o sistema internacional está composto por Estados soberanos (responsáveis basicamente por territórios e populações) nos quais nada poderia colocar-se por cima da autoridade dos mesmos. Mas o mundo é cada vez menos uma realidade internacional e cada vez mais uma realidade global. O discurso público legitima esta nova ordem ao fazer referências com crescente frequência ao desenvolvimento global, população mundial, comércio mundial, poluição global, meio ambiente global, mercado mundial, empresas transnacionais, etc. (começando-se a falar inclusive de governo mundial).<sup>(3)</sup> Essa defasagem entre a realidade e a consciência dos atores governamentais sinaliza a relevância dos esforços teóricos nestas áreas para o desenvolvimento de novos aspectos da teoria social e política.<sup>(4)</sup>

A literatura classifica as diversas teorias da política internacional dentro de dois modelos relativamente opostos: realista e idealista.<sup>(5)</sup> O primeiro, inspirado no pensamento de Hobbes, parte do conceito de Estado de Natureza, instância pré-política onde reina o conflito e a anarquia, e o extrapola para as relações internacionais, estabelecendo a guerra e o poder como os principais elementos que regulam o comportamento dos Estados. A política se traduz então na luta entre Estados soberanos que não reconhecem a existência de nenhum valor nem restrição moral ou legal acima dos interesses nacionais, fazendo progredir o mundo através de hegemonias baseadas no poder.

Os idealistas (também chamados as vezes de racionalistas), associados às ideias de Grotius e Kant, não desconhecem as rivalidades existentes no mundo moderno, porém suas conclusões são bem diferentes das obtidas pelos realistas. Argumentam que os conflitos entre os Estados não são inevitáveis, nem o antagonismo é a base do relacionamento internacional. Eles afirmam que a cooperação é também um fato inquestionável e de maior importância, existindo a possibilidade de aprofundá-la e aumentá-la, criando-se assim condições para uma paz perpétua. Enquanto os realistas percebem a situação internacional com características praticamente imutáveis, os idealistas argumentam numa direção utópica, acreditando firmemente em uma transformação iluminista dos seres humanos e das relações internacionais.<sup>(6)</sup>

Evitando entrar nos lados mais especulativos de ambas perspectivas, apesar de existirem tanto aspectos cooperativos como conflitivos na política internacional, uma visão panorâmica dos principais acontecimentos do século XX leva a afirmar, sem dúvida, o predomínio do pensamento e da política realista. Neste século, o

padecimento de três guerras mundiais (duas “quentes” e uma “fria”) foram causa suficiente para desestimular qualquer pretensão de fundamentar a política internacional sobre bases mais morais ou cooperativas. Assim a disciplina das relações internacionais funda-se na segunda metade deste século sob os postulados do realismo.<sup>(7)</sup> Autores como Hans Morgenthau e Raymond Aron estabeleceram claramente em suas obras que a diferença básica do sistema internacional, em relação aos sistemas políticos nacionais, é que estes últimos preservam em seu interior a existência de valores e de uma racionalidade que asseguram tanto a sobrevivência de instituições como de pessoas, enquanto que o primeiro caso a regra é a anarquia e o principal meio de sobrevivência é o recurso à força.<sup>(8)</sup>

Na década de 80, apesar de manter-se dominante, a visão realista da política mundial começou a se atenuar a partir de profundas transformações demográficas, ambientais, tecnológicas, econômicas e culturais, todas elas de caráter transnacional e global. Acompanhando este processo surge, no plano acadêmico, a teoria da interdependência. De certa forma, uma crítica realista aos pressupostos do realismo, que permite uma notável convergência entre a disparidade de critérios existentes para julgar a política internacional. Segundo Keohane e Nye, considerados os autores mais destacados desta teoria, dado o aumento quantitativo e qualitativo das distintas interconexões produzidas nos últimos anos entre os diversos países, gera-se uma nova situação para pensar a política internacional.<sup>(9)</sup>

Ainda que, a rigor, o fenômeno da interdependência gerou interpretações contraditórias (como vimos), as importantes mudanças no sistema internacional produziram um crescente otimismo em muitos políticos que acreditaram o advento de uma era de cooperação internacional (não faltando inclusive algum analista que imaginara que se havia chegado ao fim da história). Mas se existe de fato uma crescente consciência de que as realidades de hoje são globais e, portanto, suas soluções também deveriam sê-las, é bom lembrar que não parece existir, contudo, a mesma clareza a respeito de quais são os fatores e atores que neste contexto poderiam impulsionar um autêntico progresso da humanidade.

O momento mais promissor da política mundial deste século, marcado pelo fim do comunismo (e o mundo bipolar) e a presença de novos atores globais não-governamentais, superpõe-se com uma inesperada ameaça de origem ambiental. Embora de difícil e complexa avaliação, depois da quantidade de informações divulgadas na ocasião da realização da Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92), não há dúvidas que se não se modificam aspectos importantes do atual modelo civilizatório, a fim de produzir uma aproximação entre critérios ecológicos e a dinâmica social, a espécie humana corre riscos de sobrevivência no longo prazo.<sup>(10)</sup>

A retórica da maioria dos documentos e discursos públicos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, produzidos ao começo dos anos 90, no contexto da Rio-92, podem induzir ao observador desprevenido a pensar que os problemas agendados pelos governos já tem suas soluções encaminhadas. Não obstante, os resultados concretos alcançados pela Rio-92, embora não devam ser depreciados,

não estiveram realmente a altura dos problemas que constavam em sua agenda. É fácil comprovar que a maioria dos governos dos países ricos, com a relativa exceção da Alemanha, Holanda e dos países escandinavos, não estavam convencidos da necessidade de reestruturar de forma decisiva o funcionamento da economia mundial em benefício do meio ambiente. Circunstâncias evidentes, por exemplo, na recusa dos Estados Unidos para assinar a Convenção da Biodiversidade e na falta de metas e prazos concretos para as decisões tomadas, tanto para a limitação das emissões dos gases responsáveis por mudanças climáticas, como para obter os fundos necessários para financiar a Agenda 21 (o programa de ação da Rio-92). Apesar de ter muito mais a ganhar que a perder, a maioria dos países pobres tampouco facilitaram a obtenção de acordos globais, ficando presos às defesas de suas soberanias e à lógica de um mundo polarizado em torno do eixo Norte-Sul; supostamente, para melhor garantir o uso de seus recursos naturais em função de suas estratégias de crescimento econômico (como se viu, por exemplo, na negativa a assinar um tratado efetivo sobre proteção de florestas).<sup>(11)</sup>

Pode concluir-se então que, não obstante, no atual momento internacional não existirem os tradicionais obstáculos de segurança nacional ou internacional para estabelecer acordos de cooperação e governabilidade global, os fatos mostram que a política internacional encontra-se atualmente em um forte *impasse* para tratar da crise ecológica global. Esta crise está associada à anarquia do sistema internacional e a complementar inexistência de autoridades com poderes reais para assumir a responsabilidade da gestão dos bens naturais comuns da humanidade. A política internacional encontra-se dominada por atores (políticos e econômicos) orientados por uma racionalidade individualista e competitiva, que dificilmente poderiam encontrar motivos para colocar a cooperação acima do antagonismo dos interesses particulares. As causas da crise ecológica vão portanto muito além da eventual falta de compreensão dos riscos ambientais existentes ou da pouca vontade política para tratar esses temas, por parte das elites, desafiando à humanidade a encontrar soluções abrangentes e complexas que claramente transcendem as capacidades da ciência, da técnica e das instituições políticas existentes. A complexa inter-relação dos problemas ambientais com a economia, a política e a cultura, em geral, sugere precisamente que sua resolução compreende uma amplo espectro de níveis de conhecimentos e de práticas que incluem não apenas às ciências naturais e humanas, senão também à cultura, a filosofia e a religião, em sentido amplo.<sup>(12)</sup>

## II

Com o objetivo de servir de base para as reflexões dos capítulos posteriores, apresentarei agora alguns comentários sobre as principais tendências socio-econômicas do presente e suas mais prováveis conseqüências ambientais. De acordo com a bibliografia disponível, existe um elevado consenso de que as tendências e conseqüências registradas a seguir são as mais marcantes de nossa época.<sup>(13)</sup>

<b>Principais Tendências Sócio-econômicas:</b>	<b>Principais Conseqüências:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pobreza</li> <li>• Escassez de recursos naturais</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanização e Industrialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças climáticas globais</li> <li>• Desflorestamento</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças no aproveitamento e uso da terra e seus recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desertificação</li> <li>• Perda de biodiversidade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Globalização da economia, a tecnologia e as comunicações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perda de diversidade cultural</li> <li>• Contaminação e/ou degradação de ar, água potável, terras e mares</li> </ul>

**Quadro 1: Principais tendências socio-econômicas e suas conseqüências ambientais**

No quadro anterior foram listadas tendências e conseqüências sem pretender estabelecer relações diretas de causa-efeito. Embora algumas tendências pareçam estar mais diretamente vinculadas a determinadas conseqüências, considerando o alto grau de interação ou dependência entre as variáveis em jogo é mais apropriado apresentar em bloco tanto a umas como a outras. O comentário mais importante a ser feito sobre qualquer tendência é que ela em si mesma não pode ser julgada como negativa ou positiva.<sup>(14)</sup> De fato, todas elas apresentam lados positivos, dependendo das circunstâncias. Muitos países necessitam ser mais industrializados e/ou urbanizados, por exemplo, para aliviar a pobreza existente. Obviamente, para uma visão tecnocrática (ou simplesmente otimista) os lados negativos de qualquer processo ou tendência sempre podem ser atribuídos a erros de governo ou gestão e/ou ao uso de tecnologias ineficientes que poderão perfeitamente ser substituídas no futuro próximo. Portanto, para uma perspectiva deste tipo, não existiria nada de errado nas próprias tendências, já que todos seus problemas teriam solução de um modo ou outro. Esta é uma visão excessivamente simplificada que não leva em conta os precários equilíbrios ecossistêmicos afetados pela ação humana, nem as tremendas dificuldades para governar e/ou gerir as complexas interações que se estabelecem entre as várias tendências.

Talvez o exemplo mais conhecido, para mostrar a complexidade da leitura de tendências e variáveis isoladas umas das outras, seja o famoso debate promovido pelo pastor Malthus, no final do século XVIII.<sup>(15)</sup> Este antigo debate não há perdido nada de seu vigor original e, pelo contrário, parece hoje ainda mais pertinente que quando começou. Desde seu início, a polêmica populacional esteve marcada pelo confronto entre visões otimistas e pessimistas da sociedade, dada a enorme quantidade de suposições que havia que acrescentar aos dados que se dispunha. Embo-

ra Malthus tenha apontado corretamente que a população da Grã-Bretanha estava duplicando a cada 25 anos e dificilmente a produção de alimentos poderia aumentar na mesma proporção tantas vezes quanto fosse necessário, ele não levou em conta três fatos de enorme significação: primeiro, a forte emigração que deixou o país; segundo, as profundas melhoras introduzidas na época na agricultura; e terceiro, e mais importante, o grande salto na produtividade pelo começo da Revolução Industrial.<sup>(16)</sup> Resumindo, dois séculos atrás o povo britânico escapou da fome graças à migração e a força da tecnologia que permitiu a revolução agrícola e a industrialização. Mas seria isso possível no mundo de hoje? Por um lado, as possibilidades de migrações de grandes massas de população não existem mais e, por outro lado (em contraste com a Inglaterra de fins de século XVIII, onde as mudanças demográficas e tecnológicas corriam em paralelo no mesmo país), atualmente a explosão tecnológica está acontecendo em países de lento crescimento populacional e, inversamente, a explosão demográfica em países de escassos recursos tecnológicos. Circunstâncias que, obviamente, tornam muito mais difícil encontrar qualquer solução ao problema demográfico.

O mesmo poderia ser feito com outras tendências para mostrar como elas não afetam igual a todos os países e/ou classes sociais. Não parece necessário registrar cifras e estatísticas (nem seria este o lugar adequado) para justificar a hipótese de que embora essas tendências são as responsáveis pelas conseqüências globais apontadas, as mesmas poderão ter um caráter positivo ou negativo, assim como poderão ser mais ou menos governáveis, dependendo sobretudo da magnitude e do tipo das mudanças introduzidas e das condições prévias existentes nos diversos países e regiões. Pelo fato destas tendências ser altamente interativas e operar em contextos transnacionais suas conseqüências são difíceis de evitar e, as vezes, até resulta difícil imaginar soluções que envolvam cooperativamente aos responsáveis, na medida que a relação custo-benefício nunca é a mesma para todos. A mudança climática, causada pelos gases lançados na atmosfera resultantes do consumo de combustíveis fósseis, é um caso típico que expressa a dramática dificuldade para encontrar soluções globais a problemas globais. Negociar um acordo sobre redução das emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera supõe superar, pelo menos, as seguintes dificuldades: a) convencer a grandes massas da população da necessidade de impor restrições a um modelo energético de baixo custo (atualmente, a energia produzida por combustíveis fósseis é mais barata de todas as alternativas existentes); b) estabelecer compensações para as emissões desiguais que foram feitas no passado (histórico acumulado) e que estão sendo feitas no presente pelos diversos países; c) considerar um sistema de regulação que leve em conta que nem todos os países se prejudicam da mesma forma com a mudança climática (entanto os países insulares podem sofrer enormes danos com o aumento do nível das águas, os países com terras inaptas para agricultura pelas baixas temperaturas poderiam ser beneficiados pelo aumento da temperatura); e d) contemplar a situação de países com diferentes graus de industrialização (o que supõe maior ou menor dependência no consumo de combustíveis fósseis).<sup>(17)</sup>

A mudança climática é apenas um exemplo de como as questões ambientais envolvem numerosas trocas e negociações (*trades-off*) entre dimensões e atores diferentes (pertencentes às esferas do Estado, o mercado e a sociedade civil) que implicam tomar decisões que supõem verdadeiros dilemas e opções em aberto para a sociedade. Do mesmo modo, na medida que existe uma dinâmica histórica fluida entre a percepção dos problemas, os meios para resolvê-los, os atores comprometidos e os custos sociais e políticos das medidas, as propostas que no passado eram recomendadas pelo *mainstream* ambientalista para atender à crise ambiental podem hoje ser consideradas em sentido inverso, como fatores de reforço da crise. Um exemplo interessante disto (que será retomado posteriormente) pode ser encontrado na difundida defesa ambientalista, nos anos 60 e 70, da hipótese de crescimento econômico zero e seu posterior quase esquecimento nos 80, frente a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual considera, pelo contrário, que o estancamento econômico é fator de pobreza e de degradação ambiental.

#### NOTAS:

- (1) FALK, Richard. 1975. *A Study of Future Worlds*, Nova Iorque, Free Press, p. 17.
- (2) RUSSETT, B. e STARR, H. 1985. *World Politics*, Nova Iorque, Freeman, p. 153.
- (3) NORTH, Robert C. 1990. *War, Peace, Survival: Global Politics and Conceptual Synthesis*, Boulder, Westview Press, p. 25.
- (4) LINKLATER, Andrew. 1990. "The Problem of Community in International Relations", *Alternatives*, Vol. 15. De fato, existe uma vasta bibliografia sobre o assunto. Uma lista de exemplos representativos dos trabalhos que estão produzindo uma verdadeira revolução na área acadêmica das relações internacionais pode ser encontrada na Nota 4 do artigo de STARK, Jeffrey. 1993. "Contra a Parcimônia: Teoria Pós-Positivista de Relações Internacionais e a Redefinição de Segurança", *Contexto Internacional*, Vol. 15, No. 1.
- (5) Alguns especialistas constroem um esquema tripartite (ver, entre outros: BULL, Hedley. 1977. *The Anarchical Society*, Nova Iorque, Columbia University Press.) que, do ponto de vista das grandes linhas do pensamento moderno, não parece interessante reproduzir.
- (6) FONSECA Jr, Gelson. 1987. "Notas sobre a questão da ordem internacional", *Contexto Internacional*, Ano 3, No. 6, Julio-Dicembre.
- (7) TOMASSINI, Luciano. 1989. *Teoría y práctica de la política Internacional*, Santiago de Chile, Ediciones Universidad Católica de Chile, p. 58.
- (8) Cf. ARON, Raymond. 1979. *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, Ed. UnB; e MORGENTHAU, Hans. 1973. *Politics Among Nations*, Nova Iorque, Knopp.
- (9) Cf. KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. 1977. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, Boston, Little Brown and Co.; e KEOHANE, Robert O. 1984. *After Hegemony: Discord and Cooperation in the World Political Economy*, Princeton, Princeton University Press.
- (10) A necessidade de transformar severamente o modelo de desenvolvimento econômico vigente está presente em todos os temas da Agenda 21 aprovada na Rio-92. Para referências mais explícitas sobre esta questão em informes de grande circulação e prestígio internacional, ver as publicações anuais do Worldwatch Institute: BROWN, Lester R. et al. 1984-1994. *State of*

*the World 1984-1994*, Nova Iorque, Norton; e o conhecido Relatório Brundtland: World Commission on Environment and Development. 1987. *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press.

(11) LEIS, Héctor R. 1993. "Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92", *Lua Nova*, No. 31, p. 81.

(12) CARLEY, Michael e Christie Ian. *Managing Sustainable Development*. Londres, Earthscan, 1992, p. 40.

(13) Muitas fontes estão disponíveis para compor um quadro destas tendências. Entre elas utilizamos e destacamos a: ARTHUR, W. 1990. *The Green Machine: Ecology and the Balance of Nature*, Oxford, Basil Blackwell; BROWN, Lester R. et al. 1992-1994. *Vital Signs 1992-1994*, Nova Iorque, Norton; BRUNDTLAND, G. et al. 1987. *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press; CALDER, N. 1991. *Spaceship Earth*, Londres, Penguin; CALDWELL, L. K. 1990., *International Environmental Policy*, Durnham, NC, Duke University Press; CARLEY M. e CHRISTIE, I. 1992. *op. cit.*; DEFRIES, R. S. e MALONE, T. (Orgs.). 1989. *Global Environmental Change and Our Common Future*, Washington, National Academy of Sciences; KENNEDY, Paul. 1993. *Preparando para o Século XXI*, Rio de Janeiro, Campus; MANNION, A. M. 1991. *Global Environmental Change: A Natural and Cultural Environmental History*, Londres, Longman Scientific and Technical; MYERS, N. 1986. *The Gaia Atlas of Planet Management*, Londres, Pan Books.

(14) CARLEY, M. e CHRISTIE, I. 1992. *op. cit.*, p. 17.

(15) MALTHUS, T. R. 1798. *An Essay on the Principle of Population as It Affects the Future Improvement of Society*, varias edições.

(16) KENNEDY, Paul. 1993. *op. cit.* p. 4.

(17) GRUBB, M. 1989. *The Greenhouse Effect: Negotiating Targets*, Londres, Royal Institute of International Affairs; ver também meus comentários ao trabalho de Grubb: LEIS, Héctor R. 1992. "Política Ambiental Global: Os Dilemas do Realismo e os Impasses da Realidade", *Contexto Internacional*, Vol. 14, No. 1.



# 2.

## Sobre a política e a teoria política

### I

Vivemos hoje numa era de declínio, tanto da política como da teoria política. Desde a democracia ateniense até a Revolução Francesa a política ocidental desenvolveu um formidável arcabouço teórico e prático que não encontra, no nosso século, uma continuidade ou derivação à altura de suas tradicionais pretensões. Esse declínio pode atribuir-se a várias causas. Uma bastante aceita refere-se à progressiva perda de identidade e eficácia do próprio campo político na sociedade de massa. Outra causa, talvez menos reconhecida, refere-se ao distanciamento e difícil relação que a política e a ciência política estabeleceram com a ética e a filosofia no mundo moderno. Mas qualquer que seja a causa do declínio da política, do ponto de vista ecológico ele se deve a uma mudança inocultável e dramática dos seres humanos. Seres que durante milênios foram tal como Aristóteles os imaginara, animais capazes de viver em sociedade (*zoon politikon*), encontram-se agora convertidos em “animais” cuja sociedade coloca em questão sua condição de seres vivos.<sup>(1)</sup>

A raiz ecológica da decadência da política gera o desafio e a oportunidade para uma revisão e transformação criativa da ordem política, no sentido de uma expansão dos conteúdos da *polis*.<sup>(2)</sup> Querendo isto significar (numa primeira aproximação) que o mundo natural é hoje parte da política, encontrando-se reconhecidamente afetado pelas decisões políticas, assim como (vice-versa) as condiciona e transforma. Do mesmo modo, se definimos a globalização como a intensificação das relações sociais a nível mundial, de tal forma que acontecimentos distantes marcam fortemente os fenômenos da realidade local e vice-versa, não resta dúvida que as inter-relações (*global linkages*) que definem o processo de globalização não são exclusivamente sociais senão também ecológicas. Em outras palavras, o meio

ambiente, praticamente invisível para a política até pouco tempo, nos obriga hoje a pensar (ou repensar) seu lugar dentro de qualquer teorização política contemporânea.

## II

O rápido crescimento da ciência política, apoiado no uso de metodologias das ciências naturais, em particular a partir da segunda metade do século XX, levou alguns cientistas a pensar que era possível conceber uma disciplina autônoma sobre bases puramente empíricas. Essa operação implicava apartar ou evitar qualquer identificação da teoria política com o pensamento dos autores clássicos e a filosofia política em geral. Contribuindo para esta separação, Easton argumentou que, no século XX, a teoria política tinha sido reduzida praticamente a uma história das idéias políticas, deixando assim de cumprir um papel criativo.<sup>(3)</sup> Para avaliar melhor os méritos desta última afirmação parece recomendável fazer uma distinção entre as vertentes científicas e filosóficas no campo da teoria política. Alguns autores tendem a definir uma teoria política científica por oposição aos atributos da filosofia. Neste sentido, diferenciam a tarefa de qualquer procura destinada não tanto a descrever e compreender a realidade, senão a prescrever o que esta deva ser. Tentando esclarecer a pertinência desta distinção entre conteúdos supostamente idealizantes e utopistas e conteúdos (também supostamente) empíricos, Bobbio comenta que se ela fosse aceita de maneira radical resultaria difícil classificar muitos dos clássicos do pensamento político, em cujas obras se encontram ambos aspectos profundamente inter-relacionados. Do mesmo modo, Bobbio também critica a Sartori por tentar caracterizar a filosofia política por sua impossibilidade de ser aplicada à realidade, em contraste com uma ciência que permitiria a tradução da teoria em prática. Essa distinção poderia ser objetada desde o campo da história, onde não aparece provado que as utopias tenham efeitos menores do que os conselhos dos cientistas.<sup>(4)</sup>

Esses desencontros ajudam a situar melhor a perspectiva de meu trabalho. Não vejo a necessidade de colocar-me frente ao dilema de ter que escolher entre a filosofia e a ciência. Tratando-se de uma criação humana, a política merece uma ótica abrangente que não deprecie nenhuma forma de conhecimento. Sem ser hegeliano, poderia não obstante apoiar-me em Hegel para dizer que o importante para a compreensão da realidade é assumir o “esforço do conceito”.<sup>(5)</sup> O que interessa é o desenvolvimento do conhecimento através de suas diferentes formas. Nem a filosofia pode excluir a ciência nem vice-versa, na medida que em ambas se encontram argumentos verdadeiros e falsos sobre a realidade, e nossa missão é descobri-los por igual. É uma ilusão, infelizmente muito estendida no pensamento ocidental, achar que o conhecimento se desenvolve dentro de posições nitidamente delimitadas, que todas as perguntas legítimas devem ter uma única resposta verdadeira, não sendo as restantes outra coisa que erros.<sup>(6)</sup>

Essa ilusão conduz a teoria política a becos sem saída. Ou se argumenta que ela deve ser explicativa e empírica para ser uma teoria verdadeira ou, inversamente, se acredita que a teoria política deve ser interpretativa (e até intuitiva, em alguns casos), já que do contrário seria inadequada ou inútil. Ou também, segundo um terceiro ponto de vista, se exige que deve ser crítica da vida política ou resignar-se a não ser teoria. Entendo aqui minha tarefa não como uma eleição entre diversos modos opostos de fazer teoria, senão como uma integração de alternativas teóricas complementares. Neste sentido, compartilho a sugestão de Bernstein quando reivindica que a teoria política deve ser empírica, interpretativa e crítica.<sup>(7)</sup> Esta proposta converge com minha experiência teórica e prática no ambientalismo. Não se trata de fugir em direção ao passado ou ao futuro mas, pelo contrário, de recuperar essas fugas para o presente. Como o primeiro Habermas, acredito que o balanço das perdas e ganhos do desenvolvimento da teoria política se salda positivamente unicamente desde uma perspectiva de conciliação do *telos* político-ético do pensamento clássico (ter como finalidade uma vida boa e justa numa comunidade política) com a demanda de rigor científico que vem dos pressupostos do pensamento moderno e contemporâneo.<sup>(8)</sup> Indo além, considero a teoria política como fruto de um esforço inter-trans-disciplinar no contexto de uma profunda transformação cultural onde possam interagir não apenas a filosofia e as ciências naturais e sociais, senão também matérias aparentemente tão longínquas como a religião e a arte.<sup>(9)</sup>

### III

Arendt e Wolin argumentam que a política e a teoria política surgiram praticamente juntas, na Grécia Antiga.<sup>(10)</sup> Antes do século VI a.C., natureza, homem e sociedade formavam um contínuo, estavam submetidos à mesma legalidade. Os fenômenos políticos ficavam assim indiferenciados de outros fenômenos, desconhecendo-se tanto a explicação política como forma específica de pensamento, quanto a atividade política como intervenção humana consciente nos assuntos da sociedade. Os primeiros em separar a legalidade da sociedade da legalidade da natureza foram os sofistas, no século V a.C., reconhecidos inimigos de Sócrates e Platão. Mas Wolin assinala que nos sofistas não se produz a mesma operação de distanciamento que iria permitir posteriormente o surgimento da teoria política. Estes admitiam uma identidade própria da ordem política, através da distinção entre o que é por natureza e por convenção (*physis* e *nomos*), mas negavam que este último princípio tivesse alguma legitimidade ou vantagem para o homem, aceitando como tais unicamente à legalidade natural. Os sofistas repetiam com algumas variações o caminho dos primeiros filósofos (chamados de pre-socráticos), que consideravam a natureza como algo que devia ser compreendido, mas não controlado.

A teoria política aparece quando o filósofo, além de distanciar-se da sociedade para poder compreendê-la, afirma também a necessidade de manipular e transfor-

mar sua ordem.<sup>(11)</sup> A teoria política resulta do intento socrático-platônico de aplicar à filosofia um interrogante ético. Não é suficiente saber qual é a ordem existente, pois é importante também saber se essa é uma boa ordem ou, em outras palavras, se é a melhor ordem para o homem. Esta simples idéia-atitude antropomórfica se revelará como altamente produtiva, excedendo os marcos da concepção clássica da política para constituir uma das maiores marcas da civilização ocidental. Quando se estuda o mundo moderno é importante levar em consideração que a raiz antropocêntrica que justificará a “conquista da natureza” teve sua origem em Platão. Muitos dos autores que opõem frontalmente o paradigma clássico ao moderno caem nesse rupturismo por esquecer precisamente que ambos, embora diferentes em relação ao vínculo entre ciência e filosofia e à solução de continuidade entre sociedade e natureza, compartilham uma mesma crença nas capacidades do homem como arquiteto da ordem. A passagem de um a outro paradigma mantém a matriz fundamental do pensamento ocidental através do deslocamento (e, em certa forma, inversão) do eixo do problema da boa ordem, da sociedade para a natureza (neste sentido, a conquista da natureza consistirá para os modernos na sua humanização).

A partir de Platão o homem terá condições para não se resignar frente aos arbítrios da sociedade nem aos da natureza. Platão delimita um campo e constrói a primeira teoria política cujas pretensões pedagógicas de reforma social e do caráter humano haverão de influir poderosamente em todo o pensamento posterior. Porém, os gregos fizeram mais do que inventar a utopia política, pois através de Aristóteles eles somaram à nossa dívida junto a eles a criação de uma equilibrada visão da política. A rigor, Aristóteles não ficou no outro extremo de Platão, já que ele não foi um realista senão um realista-utópico. Por um lado, conservou a visão platônica da teoria política como uma ciência prática, reconhecendo que seus objetivos não eram meramente compreender os fenômenos, mas compreendê-los para mudá-los, e, por outro lado, afirmou que os fenômenos políticos se apresentam como objeto da ciência, e portanto se situam acima de qualquer exigência de controle.<sup>(12)</sup> Se em Platão a procura do conhecimento aparece confundido com a demanda pela transformação da realidade, em Aristóteles, ciência e ética são caminhos diferentes, embora convergentes, que devem procurar sua mútua adequação.<sup>(13)</sup>

A importância epistemológica do debate platônico-aristotélico foi lembrada para poder precisar melhor os vínculos da teoria política com a realidade. Para alguns autores (e muitos leigos) é quase um axioma a interpretação das diversas teorias políticas existentes como reações a crises ou momentos históricos de suma gravidade. Resulta fácil comprovar que os grandes pensadores manifestam em suas obras uma notável preocupação por seu contexto histórico (*A República* seria, por exemplo, uma resposta à decadência da polis ateniense, *O Príncipe* à desunião de Itália, *o Levatã* à guerra civil inglesa, etc.). Contudo, as soluções que os diversos pensadores aportam aos problemas de seu tempo representam uma condição necessária, mas não suficiente, para compreender o sentido da teoria política. O teó-

rico percebe a crise da ordem política e se esforça por dar uma resposta, mas sua contribuição está contextualizada não apenas no debate político de sua época, mas também no debate com toda a tradição de sua civilização.

Uma análise mais cuidadosa do pensamento ocidental registra dois lados em cada um de seus diversos momentos. Um, referido ao presente, e outro, ao passado. Por um lado temos aspectos criativos e, por outro, temos a tradição, a qual facilita a comunicação e orienta a compreensão do novo.<sup>(14)</sup> A tradição é assim um critério fundamental para pensar a política. Sobre isto concordariam, além de suas diferenças, importantes pensadores contemporâneos como Hannah Arendt, Leo Strauss, Leo Vogelín, Sheldon Wolin, Norberto Bobbio e Jürgen Habermas, entre outros. Por isto, embora aceite a definição da teoria política como “um apelo a uma nova fundação necessária para a ação política quando ela não é mais eficiente na manutenção da (boa) ordem”,<sup>(15)</sup> contudo, acredito que esse apelo não faz tanto referência a uma determinada novidade da teoria *per se*, como a uma atualização das questões permanentes que preocupam à comunidade em seu conjunto, em um novo contexto histórico (social e ambiental).

Se é verdade que a política se encontra em declínio, corresponde perguntar se existem elementos que apontem à reversão deste quadro. É difícil evitar um certo pessimismo na resposta à esta pergunta, frente à existência de mentalidades e sistemas políticos cada vez mais massificados. Nestas condições, a teoria política se transforma em pouco menos que uma tarefa impossível. Ela precisa de espíritos livres que possam enxergar as pontes entre o passado e o futuro, que sejam capazes de argumentar convincentemente mostrando a obsolescência das instituições atuais e as ilusões das massas.<sup>(16)</sup> De onde extrair a força para reconstruir e ampliar a *phylia*, o sentimento de comunidade que para os antigos gregos definia o espaço da política? Quais são as circunstâncias do presente que permitem retomar o diálogo com a tradição, legitimando um apelo heróico à consciência para justificar a recriação da política? Existe no atual processo de globalização da vida contemporânea, alguma possibilidade de recolocar em pauta o sentido da história desde uma perspectiva radicalmente universal, baseada em valores e experiências comuns a toda a humanidade?

Contrastando com o pessimismo da maior parte dos teóricos, o pós-Segunda Guerra Mundial foi uma época de grandes otimismo e certezas futuroológicas de todo tipo para as massas (liberal, socialista, cristã, comunista, modernizadora, desenvolvimentista, democrática, revolucionária, etc.). Paradoxalmente, as incertezas e problemas ecológicos que emergiram nas últimas décadas permitem encontrar algumas respostas para as perguntas acima, levando-nos a ser um pouco mais objetivos em relação às perspectivas de recuperação da teoria e a prática política. Hoje se percebe claramente que o sistema político internacional baseado em Estados soberanos é cada vez menos eficiente na manutenção da ordem. A crise sócio-ambiental global e a erosão dos Estados-nações obrigam a repensar as bases da política e o destino da humanidade. A emergência de um ambientalismo global e multissetorial (com grande amplitude teórica e prática) nos comunica com o pas-

sado e o futuro, apostando a gerar uma nova *phylia* que derrube os muros nacionais da política e estenda seus alcances até os limites da humanidade e do planeta.

Não se trata de impor uma finalidade à sociedade, rebelando-nos contra o curso dos acontecimentos, mas de expressar em plenitude e efetivamente algumas das alternativas contidas no presente. Acontecimentos de uma história que (excepcionalmente aos costumeiros aprendizes de filósofos) não está nunca acabada nem completa porque, sendo humana, suas possibilidades são infinitas (pelo menos até o fim biológico da nossa espécie).<sup>(17)</sup>

#### NOTAS:

(1) Parafrazeando aqui a Foucault que, embora orientado a detectar as formas de controle político da própria vida biológica, conseguiu perceber claramente a “armadilha” montada pela modernidade moderna ao dizer que o “homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, Michel. 1988. *História da Sexualidade* (Vol. I: “A Vontade de Saber”). Rio de Janeiro, Graal, p. 134).

(2) DOBSON, Andrew e Paul Lucardie. 1993. *The Politics of Nature*. Londres, Routledge, p. 230-231.

(3) EASTON, David. 1951. “The Decline of Modern Political Theory”, *Journal of Politics*, No. 13, Fevereiro, pp. 36-37.

(4) BOBBIO, Norberto. 1985. “Ciencia Política”. In \_\_\_\_\_ et al, *Diccionario de Política*. México, Siglo XXI, Vol. 1, pp. 255-6.

(5) HEGEL, G. W. F. Hegel. 1966. *Fenomenologia del Espíritu*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 39.

(6) Esta característica não sempre devidamente explícita deve ser atribuída à predominância do ideal platônico no pensamento ocidental (BERLIN, Isaiah. 1991. *Limites da Utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 17).

(7) BERNSTEIN, Richard J. 1983. *La Reestructuración de la Teoría Social y Política*. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 291-2.

(8) HABERMAS, Jürgen. 1966. *Teoría y Praxis*. Buenos Aires, Sur, p. 11.

(9) A abordagem holística da realidade surge de variadas fontes científicas e filosóficas. Entre as primeiras, talvez uma das mais conhecidas seja a teoria geral dos sistemas (enunciada como uma teoria interdisciplinar por BERTALANFFY, L. von. 1985. *Teoria Geral dos Sistemas*, Petrópolis, Vozes). Do ponto de vista filosófico interessa destacar que o holismo (por oposição à visão reducionista, onde os elementos fundamentais para explicar a realidade são aqueles mais básicos e primários) reafirma a antiga tese de que a realidade é mais que a soma de suas partes, no sentido de que suas características não podem ser explicadas em função das propriedades e relações de seus componentes, já que no “todo” aparecem propriedades emergentes específicas (Bullock, A. e O. Stallybrass (Orgs.)1977. *The Fontana Dictionary of Modern Thought*. Londres, Collins, p. 256).

(10) WOLIN, Sheldon S. 1974. *Política y Perspectiva: Continuidad y Cambio en el Pensamiento Político Occidental*. Buenos Aires, Amorrortu, p. 38; ARENDT, Hannah. 1961. *Between Past and Future*. Nova York, Viking, p. 18.

(11) WOLIN, Sheldon S. *Op. cit.*, p. 41.

(12) GUNNEL, John G. 1981. *Teoria Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 98; LENOBLE, Robert. 1990. *História da Idéia de Natureza*, Lisboa, Edições 70, p. 66 e ss.

(13) Excluindo aos sofistas poderia ser argumentado que o realismo político não é uma invenção clássica senão moderna (que começa com Maquiavel e Hobbes). O realismo-utópico aristotélico, verdadeiro meio-termo entre os sofistas e Platão, me parece assim muito mais atual do que a utopia platônica ou o realismo moderno. Resta saber porque teóricos contemporâneos importantes, defensores do realismo-utópico como meio para superar os *impasses* da modernidade, não recuperam devidamente a herança do autor da *Política* (um exemplo disto é: GIDDENS, Anthony, 1991. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, UNESP).

(14) WOLIN, Sheldon S. *Op. cit.*, pp. 33-7.

(15) GUNNEL, John G. *Op. cit.*, p. 110.

(16) *Id.*, *ibid.*, pp. 111-2.

(17) JASPERS, Karl. 1976. *The Origin and Goal of History*. Westport, Greenwood Press, p. 272.





# 3.

## A política e a natureza de um ponto de vista evolutivo

### I

A potencialidade política do ambientalismo está intimamente associada a uma visão evolutiva da realidade. Esta perspectiva se adequa ao conceito bergsoniano de impulso vital (*élan vital*): “(...) A essência do impulso vital consiste em desenvolver-se em forma de feixe, criando, pelo fato de seu crescimento, direções divergentes entre as quais se divide o impulso.”<sup>(1)</sup> Bergson afirma que na vida existe finalidade porque ela não opera sem direção, embora não existem metas porque as direções não estão definidas previamente e se desenvolvem conforme são atualizadas.<sup>(2)</sup> Na história é fácil comprovar fluxos e refluxos, os quais em certa forma autorizam a pensá-la de forma pendular. Mas o “pêndulo” tem memória e na volta ele já não é o mesmo que na ida, tendo aumentado sua experiência. Em outras palavras, os verdadeiros problemas da história não são tanto os obstáculos materiais mas as perdas de memória e a falta de coragem (ou *virtú*, para usar a conhecida expressão de Maquiavel).

O advindo de um pensamento evolutivo (não-evolucionista), com pressupostos basicamente equivalentes para as disciplinas físico-químicas, biológicas e humanas, representa uma poderosa alavanca para o avanço da ciência contemporânea.<sup>(3)</sup> Que sejam os mesmos princípios os que vigoram na sociedade e na natureza não significa, obviamente, que a biologia possa prever o curso da história, mas apenas que existem possibilidades (e também limites) muito superiores e mais complexos do que temos supeitado até o momento. A sociedade não pode considerar-se do mesmo modo que um sistema natural (a exemplo de um organismo celular), ou um sistema exclusivamente artificial (a exemplo de uma máquina), ela é resultado da ação humana em um meio ambiente composto de vários níveis articulados, tanto social e cultural, quanto físico e biológico.<sup>(4)</sup> A sociedade se auto-produz

na história, mas isso está longe de significar que é fruto de uma ação consciente ou da intencionalidade de alguma de suas partes já que sua complexidade excede a capacidade de desígnio que possam ter indivíduos ou instituições isolados. A dinâmica da sociedade não é redutível à soma das características de todas as partes que compõem sua realidade. Portanto, essa dinâmica se estabelece como um processo auto-regulável do conjunto de todos seus elementos, que pode ser compreendido principalmente a partir de suas propriedades e comportamentos emergentes.

A história real nega qualquer evolucionismo de tipo hegeliano ou positivista, marxista ou liberal.<sup>(5)</sup> As teorias da história devem renunciar a explicitar (fechando-o) o sentido último da evolução humana, devendo reconhecer que a mesma está sempre sujeita a diversas alternativas, a avanços e retrocessos. Isto não significa que a história seja uma seqüência de fatos desconexos. Talvez no curto prazo os fatos históricos não possam ser percebidos de outra forma mas, se observados no longo prazo -numa perspectiva braudeliana de *longue durée*<sup>(6)</sup>-, se registram padrões básicos de desenvolvimento conformados na densa rede de interações mútuas que existem entre a sociedade e a natureza (interações que, ao modo da hipótese Gaia, apontam na direção de um sistema total das relações homem-meio ambiente).<sup>(7)</sup>

A sociedade evolui na medida que se intensificam seus fluxos de pessoas, informação, energia e mercadorias. Embora correndo o risco de cair em simplificações, me parece evidente que as organizações tribais da Idade da Pedra eram menos complexas (com muito menor capacidade de interagir com seu meio ambiente) que as sociedades contemporâneas. Aproximadamente durante dois milhões de anos, os ancestrais do *homo sapiens* viveram da caça e da pesca, sem provocar grandes transformações na natureza. Foi apenas há uns poucos milênios atrás que o cultivo de grãos e a domesticação de animais permitiu o assentamento de populações, até então nômades, e o surgimento de centros urbanos. Esse foi o começo de uma vida social crescentemente complexa, acompanhada por uma produção constante e acelerada de conhecimentos, tecnologias, valores, instituições e cultura em geral.

É um fato que o progresso tecnológico é um eixo fundamental e permanente da evolução social, mas não o único. Não se discute o papel da revolução agrícola, iniciada há vários milênios, nem o da industrial, em marcha desde os últimos dois séculos, ou da mais recente revolução informática. Porém, a evolução social depende fortemente do modelo civilizatório ou supersistema cultural que a sociedade adota coletivamente (embora não conscientemente) em determinados momentos cruciais de sua história. Por isso, para compreender o presente é necessário abrir uma perspectiva analítica multidimensional e temporalmente ampla que possa contextualizá-lo adequadamente.<sup>(8)</sup> Temos que sair dos condicionamentos de nossa época histórica e transferir nossa restrita perspectiva de final de século XX para outra, situada dentro de marcos civilizatórios de centenas e até milhares de anos.

## II

Segundo Toynbee, as grandes transformações civilizatórias acontecem dentro de um padrão de desafio-resposta.<sup>(9)</sup> Um desafio ambiental, histórico ou cultural provoca uma resposta criativa que induz uma sociedade a definir uma nova corrente civilizatória. A civilização continua a crescer até que a resposta inicial leve à sociedade para além do equilíbrio, colocando-se então um novo desafio a ser respondido. Deste modo, a dinâmica do desafio-resposta se reproduz em diversas fases do desenvolvimento civilizatório, produzindo um processo evolutivo que pode associar-se com a idéia da existência de ritmos ou ciclos fundamentais (tanto os antigos filósofos chineses interpretavam o mundo pela interação do *yin* e o *yang*, como os mais importantes filósofos pré-socráticos falavam de fluxo e refluxo de forças complementares). Não interessa descrever as raízes dessa matriz no pensamento ocidental, mas destacar que os padrões de evolução cultural descritos por Toynbee são especialmente aptos para entender as mudanças contemporâneas e a crise do mundo moderno, a qual tem como um de seus efeitos mais expressivos à crise ecológica.

Não há dúvida que a possibilidade de atribuir a causa dos prejuízos da história contemporânea à sobrevivência de supostos valores e aspectos obscurantistas de épocas passadas está esgotada. Os benefícios e prejuízos do mundo de hoje estão claramente ancorados em aspectos centrais da própria modernidade.<sup>(10)</sup> O cego entusiasmo evolucionista (portanto, não evolutivo) que dominou aos principais atores dos últimos séculos os levou a imaginar que estavam vivendo uma nova época ou período axial.<sup>(11)</sup> Tal caracterização supõe o surgimento de certos fenômenos de caráter universal com alta capacidade de produzir transformações civilizatórias. Como se sabe, situa-se usualmente em torno dos anos 600 e 400 a.C. o acontecimento de um período axial. Confúcio e Lao-Tzu estavam na China, na Índia aparecia Buda e se escreviam os Upanishads, no Irã estava Zarathustra, na Palestina os Profetas e na Grécia apareciam Parmenides e Heráclito, entre outros filósofos. Quase simultaneamente, nas mais importantes regiões do mundo (e sem que em umas se conhece-se o que se fazia nas outras) o homem se perguntava pelas mesmas coisas de uma maneira radical e percebia seus limites frente à divindade, ao cosmos na sua totalidade. Jaspers aponta que nesta época foram definidas categorias fundamentais e as raízes e pilares das religiões universais que ainda guiam à humanidade.<sup>(12)</sup> O homem deu seu primeiro passo na direção de tornar-se consciente de si mesmo, de sua universalidade no plano espiritual.

Mas a hipótese de um novo período axial que a humanidade estaria processando desde os séculos XVIII e XIX não se situa precisamente na dimensão espiritual.<sup>(13)</sup> A modernidade acontece preferentemente no plano material, com as enormes transformações da ciência e da tecnologia e as expansões do mercado. Um sinal decisivo desses fenômenos foi dado pela primeira vez em 1851, com a realização da Feira Mundial de Londres. A esta logo se seguiram outras feiras internacionais em vários países (entre as mais importantes destacam-se três na França, Paris: 1855,

1867, e 1900; e duas nos Estados Unidos, Chicago: 1893 e St. Louis: 1904), completando um total de 28 até a gigantesca exposição de Nova Iorque (1939-40) que, em meio a um mundo conturbado pelas ameaças que desatariam a Segunda Guerra Mundial, ousou colocar-se sob o otimista e sugestivo lema de “O Mundo de Amanhã”.<sup>(14)</sup>

Essas feiras mostravam as bases materiais para o desenvolvimento de uma sociedade global de uma forma antes nunca sonhada. Se há pouco tempo a convocatória de mais de uma centena de governos e de quase três mil organizações não-governamentais para a Rio-92 parecia indicar de forma expressiva a emergência de uma sociedade planetária, que dizer então da realização de 122 congressos internacionais na Feira Mundial de Paris (1900), dos 14.000 expositores da primeira feira de Londres (1851) e dos 100.000 da Feira Mundial de Nova Iorque (1939-40). A pesar do apocalipse desencadeado logo depois pelos Estados, na procura de dominar o mapa político do mundo, os organizadores da Feira Mundial de Nova Iorque estavam corretos na sua percepção do futuro. Era o desenvolvimento material a base do futuro.

A expansão do mercado a nível mundial deve ser interpretada como um elemento principal de homogeneização e universalização da experiência humana. A atual derrubada de fronteiras, sejam econômicas, culturais ou ambientais, anuncia também um momento de grande importância civilizatória. Mas isto não autoriza otimismo cegos. Hoje, tal como fora nos anos 1939-40, o otimismo frente ao movimento das forças materiais pode ser equivalente à ingênua satisfação de Fausto celebrando seu pacto com Mefistófeles. O mercado introduz a humanidade em um futuro incerto e sem precedentes. O surgimento de uma consciência dos limites ecológicos para o crescimento econômico não depende do livre movimento do mercado, mas das ações do ambientalismo. As feiras mundiais anunciaram a vinda da universalização da experiência humana no plano material, assim como os séculos VI, V e IV a.C. anunciaram a vinda da universalização da experiência humana no plano espiritual. Mas, como se fossem sistole e diástole da experiência humana, ambos momentos devem ser compreendidos em seu contraste e complementação.

Veremos nos próximos capítulos que a mudança pretendida pelo ambientalismo supõe uma importante redefinição de nossa civilização.<sup>(16)</sup> Porém, não deve interpretar-se esta redefinição como a emergência de uma novidade radical, mas como um momento de transição e aproximação entre duas radicalidades ou paradigmas polarizados, como um momento de resolução do mercado dualismo da matriz ocidental. Um pressuposto fundamental de minha análise é que o amplo espectro de teorias e práticas ambientalistas conformam um projeto que pode caracterizar-se como realista-utópico, já que o mesmo só poderá vir a acontecer através da construção de pontes e aproximações entre fenômenos vivenciados como opostos. Isto é, na harmonização das experiências espiritual e material, na reconciliação dos planos transcendente e imanente, transitados polarmente pela humanidade até hoje.<sup>(17)</sup> Em outras palavras, a força do ambientalismo reside na sua capacidade

para produzir um encontro entre Dalai Lama, Madonna, Ilya Prigogine e Bill Gates para conversar sobre o estado do planeta. O que obviamente não era possível nos tempos de Buda nem na época das feiras mundiais de Londres, Paris ou Nova Iorque, constitui a eventualidade mais auspiciosa de nossos dias.

O ambientalismo é realista-utópico porque sua missão define um projeto em aberto e, neste sentido, de características não-modernas. Precisamente, a filosofia e as ciências da sociedade dominantes nos séculos XVIII e XIX tinham uma visão linear da dinâmica histórica, a qual estava presente tanto nas suas vertentes realista quanto idealista. Um aspecto principal que definia essa linearidade estava dado pela uni-dimensionalidade das forças atuantes na história, já que a presença de um quadro complexo de múltiplas forças impediria a definição de uma tendência que não pudesse ser neutralizada por outras tendências. Na primeira metade do século XX, importantes pensadores como Spengler, Toynbee, Schubart, Berdiaef, Northrop, Kroeber, Schweitzer e Sorokin, abandonaram a perspectiva linear da história e concentraram sua atenção sobre os constantes e repetidos aspectos das transformações históricas e, em especial, a periodicidade dos processos.<sup>(18)</sup> Embora estes pensadores se apartaram da rota dominante nas ciências sociais, eles estavam recuperando uma importante tradição do pensamento oriental e ocidental.

Não interessa aqui discutir a validade dessas teorizações da história em torno de modelos cíclico-evolutivos. Isto porque qualquer modelo da história, seja linear ou cíclico, por exigir exclusividade acaba reduzindo a experiência humana a um processo não criativo, determinado externamente. Mas sim interessa registrar a reflexão de Sorokin, em relação à notável concordância destes autores sobre às características nitidamente opostas que as civilizações apresentam em diversas fases de sua evolução.<sup>(19)</sup> Neste sentido, chama a atenção que em um determinado momento as civilizações desenvolvam uma fundamentação intuitiva para quase todos seus valores, predominando entre estes aqueles que são religiosos, espirituais ou éticos, sendo as relações sociais mais destacadas de tipo familiar ou comunitária (Sorokin denomina ideativo a este supersistema cultural, do qual a Idade Média é um bom exemplo).<sup>(20)</sup> Pelo contrário, em outro momento, as mesmas civilizações se caracterizam pelo secularismo, materialismo, utilitarismo, empirismo, hedonismo, cientificismo e, conseqüentemente, pela decadência da religiosidade e a intuição, sendo as relações sociais predominantemente de tipo contratual (este supersistema cultural, chamado por Sorokin de sensível, responde pela vigência da modernidade nos últimos séculos). Do mesmo modo, existe outro momento cultural altamente integrado, que se expressa como um estágio intermédio sintetizador (chamado idealista) que admite que a verdadeira realidade e o verdadeiro valor sejam uma infinita multiplicidade, em parte sensível, em parte ideativa. Na visão de Sorokin estes últimos períodos tendem a alcançar as mais elevadas expressões dos outros sistemas, produzindo um equilíbrio e plena realização em arte, filosofia, ciência e tecnologia (exemplos de tais períodos são a Grécia dos séculos V e IV a.C e a Renascença européia).

Não me parece correta a pretensão de alguns autores de pensar certas fases históricas como supostos começo, meio ou fim de uma civilização. Mas a perspectiva de Sorokin é relevante porque obriga a refletir sobre o valor relativo das tendências dominantes em cada momento histórico e a importância que deve dar-se aos fatores que apontam para uma síntese de padrões culturais contrapostos. Se nem a razão nem as sensações são as únicas fontes onde recorrer, se existem justificações estéticas, intuitivas ou místicas que tem a mesma importância, uma compreensão profunda dos fenômenos históricos obriga à integração e convergência sinérgica das perspectivas de fundo materialista e espiritualista, sensível e intuitivo.<sup>(21)</sup> Neste sentido, vale a pena antecipar que os próximos capítulos destacarão precisamente as capacidades sinérgicas-sincréticas do ambientalismo. Em outras palavras, tentarei demonstrar que o ambientalismo é um referencial decisivo da atual encruzilhada civilizatória, não tanto por produzir meios instrumentais para uma solução dos problemas colocados em sua agenda, mas por ser capaz de gerar meios sincréticos para uma ativa sinérgia entre atores com interesses e perspectivas diferentes e até contraditórias.

#### NOTAS:

(1) BERGSON, Henri. 1946. *Las dos Fuentes de la Moral y la Religión*. Buenos Aires, Sudamericana, p. 363.

(2) DELEUZE, G. 1966. *Le bergsonisme*. Paris, PUF, p. 111.

(3) LASZLO, Ervin. 1987. *Evolution: The Grand Synthesis*. Boston, New Science Library, pp. 9-109; PRIGOGINE, Ilya. 1993. *Tan solo una ilusión? Una exploración del caos al orden*. Barcelona, Metatemas.

(4) LASZLO, Ervin. *Op. cit.*, p. 89.

(5) Cf. ARON, Raymond. 1969. *La Filosofía Crítica de la Historia*. Buenos Aires, Losada.

(6) Cf. BRAUDEL, Fernand. 1969. "Histoire et sciences sociales. La longue durée", em \_\_\_\_\_ *Écrits sur l'histoire*, Paris, Flammarion.

(7) Em relação à teoria ou hipótese Gaia, ver: LOVELOCK, James. 1982. *Gaia: A New Look at Life on Earth*, Oxford, Oxford University Press; e \_\_\_\_\_. 1988. *The Ages of Gaia: A Biography of Our Living Earth*. New York, Norton. De acordo com a perspectiva aqui apresentada, o meio ambiente é entendido de forma sistêmica: como um conjunto de componentes físico-químicos e biológicos, assim como de fatores socio-culturais, relacionados direta ou indiretamente, a curto ou longo prazos, com os seres humanos e afetando a capacidade de adaptação e progresso destes. (Cf. VIEIRA, P. F. 1994. "Meio Ambiente, Pesquisa Sistêmica e Desenvolvimento: Uma Introdução à Ecologia Política". Florianópolis, Mimeo, p. 9)

(8) CAPRA, Fritjof. 1986. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix, p. 24.

(9) TOYNBEE, Arnold J. 1985. *Estudio de la Historia*, Vol. I. Barcelona, Planeta-Agostini, p. 64 e ss.

(10) Existe uma importante discussão e abundante literatura sobre os caminhos contraditórios da modernidade; talvez os textos que destacam melhor esta posição de um ponto de vista filosó-

fico sejam: HABERMAS, Jürgen. 1984. "Modernidad: Un proyecto incompleto", *Punto de Vista*, No. 21, pp. 27-31; e GIDDENS, Anthony. 1990. *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, UNESP.

(11) O tema dos períodos axiais na história teve um tratamento filosófico rigoroso no final dos anos 40; ver JASPERS, Karl. 1976. *The Origin and Goal of History*, Westport: Greenwood Press.

(12) JASPERS, Karl. 1976. *op. cit.* p. 21.

(13) Cf. BOULDING, Elise. 1991. "The Old and New Transnationalism: An Evolutionary Perspective", *Human Relations*, Vol. 44, No. 8, 1991.

(14) "Exhibitions and Fairs". 1964. *Encyclopaedia Britannica*, Vol 8, Chicago.

(15) LEIS, Héctor R. 1993. "Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92", *Lua Nova*, No. 31., pp. 79-98.

(16) Para o conceito de revolução ambiental ver: BROWN, Lester R. 1992. "O Início da Revolução Ambiental", em \_\_\_\_\_ (Org.), *Qualidade de Vida-1992: Salve o Planeta!*, São Paulo, Globo.

(17) Cf. LEIS, Héctor R. 1992. "Ética Ecológica: Análise Conceitual e Histórica de sua Evolução", em *op. cit.*

(18) Cf. SOROKIN, Pitirim A. 1960. *Las Filosofías Sociales de nuestra Epoca de Crisis*, Madri, Aguilar.

(19) SOROKIN, Pitirim A. 1960. *op. cit.*, p. 339 e ss.

(20) Para a descrição dos três subsistemas culturais ver: SOROKIN, Pitirim A. 1968. *Sociedade, Cultura e Personalidade*, Vol. I, Cap. XVII, Porto Alegre, Ed. Globo.

(21) Já foi visto anteriormente que, embora partindo de uma discussão da teoria social e política contemporânea, Bernstein argumenta de modo semelhante a Sorokin, afirmando que uma teoria adequada deve ser empírica, interpretativa e crítica, ao mesmo tempo.

